

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CONTABILIDADE,  
FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

**A Influência da Regulação dos Bancos Centrais nas  
Demonstrações Financeiras dos Bancos: estudo  
comparativo entre Letónia e Portugal**

**Kristine Vevere Mota**

**Orientador: Mestre António Carlos de Oliveira Samagaio**

**Júri**

**Presidente: Doutor Eduardo Barbosa do Couto**

**Vogais:     Doutor Jorge Júlio Landeiro de Vaz**

**Mestre António Carlos de Oliveira Samagaio**

**Lisboa, Outubro de 2011**

## RESUMO

As tecnologias de informação contribuíram para que o sector bancário tornasse numa das indústrias mais globalizadas. A livre circulação de capital dentro da União Europeia, a aplicação das tecnologias de informação ao negócio e a globalização dos mercados criaram condições favoráveis à expansão do sector bancário. O desenvolvimento no sector tem relevado a importância da harmonização das normas contabilísticas, de supervisão e controlo dos bancos.

A comparabilidade das demonstrações financeiras é um elemento fundamental para acelerar a realização do mercado interno dos serviços financeiro na União Europeia. Este estudo revela que existem diferenças significativas nas normas portuguesas e letãs que regulam as matérias das provisões para créditos concedidos, rácios de liquidez e reservas mínimas. Os resultados mostram que as normas letãs penalizam mais a performance financeira dos bancos que actuem nesse país. Por outro lado, a informação nem sempre está disponível para que os utentes da informação financeira possam proceder a uma harmonização. Consequentemente, pode-se questionar se um potencial investidor consegue avaliar e comparar a performance financeira dos bancos que atuam na Letónia e em Portugal.

Neste contexto, a ausência de plena harmonização nas normas que regulam o sector bancário pode contribuir para que o objectivo da União Europeia de criar um mercado interno seja totalmente concretizado.

**Palavras-chave:** regulamentação, bancos centrais, harmonização, demonstrações financeiras

## ABSTRACT

Information technologies have contributed to the banking sector become one of the most globalized industries. The free movement of capital within the European Union, the application of information technology to business and market globalization have created conditions favourable to the expansion of the banking sector. The development in the sector has relieved the importance of harmonization of accounting standards, oversight and control of banks.

The comparability of financial statements is a key element to accelerate implementation of the internal market for financial services in the European Union. This study reveals that significant differences existing in Portuguese and Latvian standards that regulate the matters of provisions for loans, liquidity ratios and reserve requirements. The results show that the rules penalize more the Latvian financial performance of banks acting in that country. On the other hand, it is not always available to ensure to users of financial information that the information can be harmonized. Consequently, it can be argued that a potential investor can evaluate and compare the financial performance of banks operating in Latvia and Portugal.

In this context, the absence of full harmonization in the rules governing the banking sector can contribute that the objective of European Union's to create an internal market is fully realized.

**Keywords:** regulation, central banks, harmonization, financial statements

## ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	2
ABSTRACT.....	3
ÍNDICE GERAL.....	4
LISTA DAS TABELAS.....	5
LISTA DE ANEXOS.....	6
ABREVIATURAS.....	7
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 A União Económica e Monetária e Banco Central Europeu.....	11
2.2 Regulação no sector bancário da Letónia e Portugal .....	15
2.3 Importância da harmonização normativa nos mercados financeiros.....	18
2.4 Síntese e objectivo do trabalho.....	23
CAPÍTULO III – MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO.....	25
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO.....	26
4.1 Análise da regulação Portuguesa e da Letónia.....	26
4.1.1. Provisões para créditos a clientes.....	28
4.1.2. Rácio de Liquidez.....	32
4.1.3 Reservas mínimas.....	33
4.2 Análise dos dados.....	36
4.2.1. Provisões de créditos.....	36
4.2.2. Liquidez.....	39
4.2.3. Reservas mínimas.....	42
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	45
5.1. Conclusões.....	45
5.2. Limitações.....	47
5.3. Investigação futura.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	48
ANEXO Nº 1.....	52
ANEXO Nº 1 (continuação).....	53
ANEXO Nº 2.....	54
ANEXO Nº 3.....	55
ANEXO Nº 3 (continuação).....	56

## **LISTA DAS TABELAS**

Tabela nº1 – Comparação de classes de provisões para créditos

Tabela nº2 – Percentagem de provisões na Letónia

Tabela nº3 – Percentagem de provisões em Portugal

Tabela nº4 – Rácio de liquidez

Tabela nº5 – Reservas mínimas vs Activos totais

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo nº1 – Estimativa de provisões de empréstimos

Anexo nº 2 - Estimativa de rácio de liquidez pela Instrução nº 195 da FKTk

Anexo nº3 - Estimativa de rácio de liquidez pela Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal

## **ABREVIATURAS**

BCE – Banco Central Europeu

BES – Banco Espírito Santo

CEBS - Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária

EBA - Autoridade Bancária Europeia

EUA – Estados Unidos da América

IAS/FRS –Normas Internacionais da Contabilidade

IME – Instituto Monetário Europeu

FKTK – Comissão do Mercado Financeiro e de Capitais

NAC – Normas de Contabilidade Ajustadas

RGICSF - Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

SEBC – Sistema Europeu de Bancos Centrais

UE – União Europeu

UEM – União Económica e Monetária

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

A União Europeia é um espaço constituído por um conjunto de 27 países com história, cultura e experiência económica diferentes. O processo de construção da União Económica e Monetária (UEM) iniciado em 1988 levou à criação do Banco Central Europeu (BCE) e do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e Eurosistema<sup>1</sup>. O artigo 127.º do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e o artigo n.º 3 do Protocolo n.º 4 do referido Tratado (2008/C 115/01) atribui ao Eurosistema o papel de supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro. A supervisão é desenvolvida em cada Estado-Membro pelo Banco Central Nacional, cuja actuação deve estar em conformidade com as orientações e instruções do BCE (artigo 14.º do Protocolo n.º 4 do Tratado da União Europeia). Consequentemente, os Bancos Centrais de cada Estado-Membro tem o poder de ajustar os regulamentos europeus tendo em consideração as especificidades da sua economia. Alguns desses regulamentos nacionais têm implicações na preparação das demonstrações financeiras dos bancos. Assim, a existência de regras próprias de cada país dificulta a comparabilidade das demonstrações financeiras dos bancos no espaço da União Europeia, e por outro lado, cria burocracia para os bancos que actuam em diferentes países terem de preparar informação financeira de acordo com regras locais nas sucursais no estrangeiro e do país de origem.

A globalização da actividade das empresas e dos mercados tem criado uma pressão para a harmonização das regras contabilísticas entre países. Analistas e investidores internacionais necessitam de compreender e comparar a informação financeira prestada pelas empresas em que estejam potencialmente interessados. Neste contexto, a União

---

<sup>1</sup> O Tratado da União Europeia faz referência ao Sistema Europeu de Bancos Centrais em detrimento do Eurosistema, pois foi assumido a premissa de que todos os Estados-Membros irão adoptar o Euro. Enquanto essa situação não ocorrer, cabe ao Eurosistema o desempenho das funções.



Europeia decidiu adoptar em 2002 com efeitos a partir de 2005, as Normas Internacionais de Contabilidade para as contas consolidadas das empresas com valores mobiliários cotados com o objectivo de reforçar a comparabilidade das demonstrações financeiras dos emitentes contribuir para o melhor funcionamento do mercado interno e do mercado de capitais (Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho).

No entanto, a presença de regras próprias dos Bancos Centrais Nacionais sobre critérios de reconhecimento e mensuração das transacções dos bancos dificulta a comparabilidade das demonstrações financeiras e consequentemente, a avaliação da performance financeira dos bancos. Por isso, a ausência de uma plena harmonização nas normas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras pode contribuir para alguns problemas no funcionamento do mercado interno e prejudicar a livre circulação de capitais, de bens e serviços – princípios consagrados no Tratado da União Europeia.

O presente trabalho visa analisar em que medida a regulação exercida pelos Bancos Centrais da Letónia e de Portugal influenciam as demonstrações financeiras dos bancos e a comparabilidade dessa informação financeira. A Letónia e Portugal são países que aderiram em momentos diferentes à UEM. Portugal fez parte dos países fundadores do Euro em 1999, enquanto a Letónia irá adoptar o Euro em 2013. Os Bancos Centrais destes dois países fazem parte do SEBC. Mas, alguns dos seus regulamentos introduzem critérios diferentes no reconhecimento e mensuração das transacções dos Bancos (e.g. critérios das provisões). Por outro lado, o grau de desenvolvimento da indústria bancária dos dois países apresenta algumas diferenças associadas ao contexto económico e histórico de cada país. Por isso, num contexto de globalização da indústria bancária e dos mercados financeiros é fundamental identificar os factores normativos que influenciam a informação financeira preparada pelos bancos desses dois países.

Após esta introdução, o presente trabalho encontra-se estruturado em 4 capítulos adicionais. O segundo capítulo é dedicado a revisão da literatura e a descrição de processos de construção da UEM, incluindo a breve descrição dos processos históricos sobre a regulamentação no sector bancário da Letónia e de Portugal. Sublinhada a importância da harmonização contabilística nos mercados financeiros citando os vários trabalhos sobre o tema de harmonização dos vários autores. Este capítulo é concluído com síntese e objectivo do trabalho.

O terceiro capítulo é dedicado à estratégia, investigação e design. O capítulo quatro engloba a parte do estudo de caso. O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte a análise da regulação Portuguesa e Letã, comparando as regras dos dois países sobre a mesma matéria. Na segunda parte é desenvolvida uma simulação em que se aplica as regras analisadas anteriormente sobre um conjunto de dados fictícios e se procede à comparação dos resultados obtidos.

O último capítulo é dedicado à conclusão do trabalho. São resumidos os resultados obtidos no estudo de caso, obtidas as conclusões, mencionadas as limitações que foram enfrentadas ao longo do trabalho e dada a sugestão para a futura investigação neste sentido.

## **CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 A União Económica e Monetária e Banco Central Europeu**

A União Europeia é o resultado de um projecto desenvolvido a partir do Tratado de Roma de 1957 e que representa uma parceria económica e política única estabelecida entre 27 países europeus. A terceira etapa da UEM constituiu uma das marcas do projecto da construção da União Europeia. Em 1 de Janeiro de 1999, 11 países adoptaram uma moeda única – Euro – e o Instituto Monetário Europeu foi substituído pelo BCE.

As atribuições do BCE estão definidas no Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, bem como, nos Estatutos do SEBC e do BCE. O principal objectivo do SEBC é a manutenção da “estabilidade dos preços, o SEBC apoiará as políticas económicas gerais na Comunidade tendo em vista contribuir para a realização dos objectivos da Comunidade tal como se encontram definidos no artigo 2.º” (n.º1 do artigo 127.º do Tratado). A União, por seu lado, tem por objectivos um nível elevado de emprego com um crescimento sustentável e não inflacionista (artigo 2.º do Tratado da União Europeia).

De acordo com n.º 2 e 5 do artigo 127.º do Tratado e dos artigos 3.º-3, 4.º e artigo 25.º-1 do Protocolo (n.º 4), as atribuições fundamentais do SEBC são as seguintes:

1. A definição e execução da política monetária para a área do euro,
2. A condução de operações cambiais,
3. A detenção e gestão das reservas oficiais dos Estados-Membros,
4. A promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos,

5. Contribuir para a boa condução das políticas desenvolvidas pelas autoridades competentes no que se refere à supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro

De acordo com artigo n.º 34 do Protocolo (n.º4) do Tratado da União Europeia, o BCE toma decisões, adopta regulamentos, formula recomendações e emite pareceres para o desempenho das funções atribuídas ao SEBC no Tratado. Os Bancos Centrais Nacionais constituem parte integrante do SEBC e por isso, a sua actuação deve estar em conformidade com as orientações e instruções do BCE (artigo 14.º-4 do Protocolo (n.º 4) do Tratado).

Com o número crescente de instituições financeiras que operam em vários Estados-Membros, a estabilidade financeira a nível europeu e mundial passou a ser ainda mais importante. O papel da supervisão bancária é fundamental para a estabilidade financeira no sistema financeiro e no conjunto da economia. Para proteger e assegurar a estabilidade do sistema financeiro, o BCE identifica os riscos e vulnerabilidades do sistema. Os intermediários financeiros (tais como instituições financeiras) e autoridades de supervisão financeira têm de estar alertas aos riscos que afectam a actividade bancária.

Para assegurar a identificação dos riscos e a prevenção das crises, o BCE emite pareceres que estabelecem as regras a cumprir para manter a estabilidade financeira no sector. As autoridades de supervisão nacionais e da UE contribuem com as suas competências técnicas para a definição e formulação de regras financeiras e requisitos em matéria de supervisão aplicáveis às instituições financeiras. O BCE acompanha permanentemente, de forma sistemática, as alterações no sector bancário, a fim de identificar eventuais debilidades e verificar a capacidade de resistência do sistema

financeiro. A colaboração entre as autoridades nacionais e o BCE assegura que a estabilidade financeira seja tomada em consideração.

Para conseguir os objectivos definidos pelo Conselho da União Europeia e pelo BCE, são estabelecidos acordos entre países para cumprir. Isso faz com que todos sigam o mesmo caminho e muitas vezes com os mesmos instrumentos. Antes das últimas adesões de Estados Membros, os países tinham que fazer o trabalho da casa para ficarem mais nivelados e com a economia mais preparada para a entrada na União, sem prejudicar os Membros mais antigos. Assim os Estados-Membros em termos de economia, tendem a aproximar-se uns dos outros.

Uma das áreas mais importantes que assegura a economia é o sector bancário. Daí o papel importante que tem o BCE. Os Bancos Centrais Nacionais, depois da entrada na União Europeia, passam a fazer parte do SEBC. Em princípio cada banco nacional tem a sua história, as suas práticas e experiências. O BCE tende a aplicar umas regras gerais para conseguir avaliar o impacto e os resultados de cada país na União Europeia. Cada acordo e directiva tende a harmonizar práticas e instrumentos das economias.

As funções da política monetária da União Europeia são atribuídas ao SEBC (n.º2 do artigo 127.º do Tratado), enquanto a estabilidade financeira fica na responsabilidade das autoridades nacionais. O BCE mantém a função de consultor enquanto a função de supervisão é mantida pelos Bancos nacionais (Cervellati, 2003).

Em 1 de Janeiro de 2011 entrou em funcionamento a nova estrutura de supervisão: A Autoridade Bancária Europeia (EBA) que substituiu o Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS). A EBA faz parte do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, que tem por objectivo assegurar uma supervisão adequada do sistema financeiro da União. O principal objectivo da EBA é proteger o interesse público contribuindo para a estabilidade e eficácia do sistema financeiro a curto, médio

e longo prazos, em benefício da economia da União e dos respectivos cidadãos e empresas (cfr. n.º 5 do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 1093/2010). A EBA contribui para:

- a) Melhorar o funcionamento do mercado interno, nomeadamente através de um nível são, eficaz e coerente de regulação e de supervisão;
- b) Garantir a integridade, a transparência, a eficiência e o bom funcionamento dos mercados financeiros;
- c) Reforçar a coordenação internacional no domínio da supervisão;
- d) Evitar a arbitragem regulamentar e promover a igualdade das condições de concorrência;
- e) Assegurar que a tomada de riscos de crédito e de outros riscos seja adequadamente regulada e supervisionada;
- e,
- f) Reforçar a protecção dos consumidores.

Ao mesmo tempo, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária tem como objectivo supervisionar e melhorar a qualidade da supervisão em todo o mundo, inclusivamente na União Europeia. Para preparação e emissão das directrizes e normas comuns, o Comité obtém informações sobre características nacionais na área da supervisão. Em 2004, foi assinado o Acordo de Capital de Basileia II (*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a revised framework*). O Basileia II fixou três pilares e 25 princípios sobre contabilidade e supervisão bancária. Os três pilares são os seguintes:

- Pilar 1 - capital: estabelece os requisitos mínimos de fundos próprios para a cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional;
- Pilar 2 - supervisão: estabelece os princípios para as políticas e práticas da supervisão sobre os riscos enfrentados pelos bancos;

- Pilar 3 - transparência: prestação de informação ao mercado sobre a exposição ao risco, os processos de identificação e avaliação de risco e por isso, assegurar maior transparência sobre a situação financeira e a solvabilidade dos bancos.

Assim, o Basileia II elaborou e deixou acessíveis os cálculos de fundos próprios mais avançados para todas as instituições financeiras, até para aquelas que não o podiam elaborar antes, por causa da sua dimensão ou capacidade técnica.

Apesar do mencionado, os Bancos Centrais Nacionais de cada Estado-Membro continuam a ter um papel activo na emissão e ajustamento de normas com impacto na preparação das demonstrações financeiras. As variações nas regras aplicáveis em vários países nas mesmas questões, afectam as demonstrações financeiras e a qualidade da comparação de dados. Na segunda parte do capítulo quatro será estimada a aplicação prática das regras e a comparação do resultado obtido tal como a avaliação do impacto nos resultados dos bancos.

## **2.2 Regulação no sector bancário da Letónia e Portugal**

O sector bancário de Portugal, tal como o próprio país, é mais antigo do que o da Letónia. O Banco Central de Portugal (Banco de Portugal) foi criado em 19 de Novembro de 1846, enquanto o Banco Central da Letónia (Banco da Letónia) foi fundado só em 1922. O Banco de Portugal manteve as suas funções desde a sua fundação, enquanto, o Banco da Letónia perdeu as suas funções no decurso da ocupação da Letónia pela ex-União Soviética.

Nos dois países as instituições de crédito estão regulamentadas pelas seguintes legislações:

- a) Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) – em Portugal
- b) Lei das Instituições de Crédito – na Letónia.

Estes dois diplomas legais são fundamentais na actividade bancária. O artigo 99.º do RGICSF atribuiu ao Banco de Portugal as competências regulamentares para que este possa *definir, por aviso, as relações a observar entre as rubricas patrimoniais e estabelecer limites prudenciais à realização de operações que as instituições de crédito estejam autorizadas a praticar, em ambos os casos quer em termos individuais, quer em termos consolidados, e nomeadamente:*

- a) *Relação entre os fundos próprios e o total dos activos e das contas extra-patrimoniais, ponderados ou não por coeficientes de risco;*
- b) *Limites à tomada firme de emissões de valores mobiliários para subscrição indirecta ou à garantia da colocação das emissões dos mesmos valores;*
- c) *Limites e formas de cobertura dos recursos alheios e de quaisquer outras responsabilidades perante terceiros;*
- d) *Limites à concentração de riscos, a fim de reduzir o risco de ocorrência de perdas prejudiciais à solvabilidade das instituições de crédito resultantes de uma excessiva exposição perante um único cliente ou um grupo de clientes ligados entre si ou qualquer outra forma de exposição ou grupo de exposições que resulte numa concentração excessiva de risco;*
- e) *Limites mínimos para as provisões destinados à cobertura de riscos de crédito ou de quaisquer outros riscos ou encargos;*
- f) *Prazos e métodos da amortização das instalações e do equipamento, das despesas de instalação, de trespasse e outras de natureza similar.*



Adicionalmente, o Banco de Portugal tem a competência para estabelecer as normas de contabilidade aplicáveis às instituições de crédito, bem como definir os elementos que as mesmas instituições lhe devem remeter e publicar (artigo 115.º do RGICSF).

O Banco da Letónia desempenha alguns dos papéis tradicionais atribuídos aos Bancos Centrais, nomeadamente, definir e implementar a política monetária do país, emitir moeda, garantir o funcionamento do sistema de pagamentos, gestão de activos e reservas, representar a Letónia no SEBC e em outras instituições internacionais. O papel da supervisão do sistema financeiro está atribuído à Comissão Financeira do Mercado de Capitais (FKTK) desde 1 de Julho de 2001. A FKTK é uma entidade pública autónoma que regula e supervisiona os bancos, cooperativas de crédito, seguradoras e corretores de seguros, os participantes do mercado dos instrumentos financeiros e de fundos de pensões privados que operam na Letónia.

O artigo 75.º da Lei das Instituições de Crédito da Letónia estabelece que uma *instituição de crédito deve manter uma contabilidade em conformidade com a Lei da Contabilidade e das regras emitidas pela FKTK e que estas, deverão cumprir as leis da República da Letónia e as normas internacionais de contabilidade.*

Em suma, a regulamentação emitida pelo BCE e pelos Bancos Centrais Nacionais tem influência directa e indirecta na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. No primeiro caso, encontram-se as normas que estabelecem a estrutura de relato financeiro a adoptar, bem como, os critérios específicos sobre o reconhecimento, mensuração e desreconhecimento de factos patrimoniais ocorridos nos bancos. Consequentemente, existe uma influência directa na posição financeira e no desempenho económico-financeiro dos bancos. Por exemplo, o tratamento de provisões para empréstimos em incumprimento ou reconhecimento de resultados das operações com títulos.

No segundo caso, engloba-se as normas que afectam a gestão do negócio, dos riscos, das aplicações de fundo. Por exemplo, as regras que estabelecem os rácios mínimos, reservas mínimas (artigo n.º 19 do Protocolo (n.º4) do Tratado da UE) e taxas máximas. São as regras prudenciais que claramente mostram a execução do papel de supervisão bancária.

No capítulo 4 são analisadas em mais detalhe as regras directas sobre provisões para créditos e duas regras indirectas sobre rácio de liquidez e reservas mínimas.

### **2.3 Importância da harmonização normativa nos mercados financeiros**

As temáticas da harmonização normativa, da integração e supervisão do sector bancário no espaço da União Europeia têm merecido alguma atenção da comunidade académica nos últimos anos. De acordo com Gual (1999), alguma da regulamentação da União Europeia é dedicada à harmonização dos requisitos prudenciais, pois tem o objectivo de criar condições de concorrência mediante a imposição de normas mínimas sobre as regulamentações que, em razão da solvência e estabilidade, impõem custos aos bancos nacionais. O autor põe assento em que as normas da UE constituem só o mínimo dos requisitos prudenciais, verificando-se que, alguns dos Estados-Membros adoptam normas mais rigorosas. Há muitos anos que a UE está a introduzir as directivas bancárias com objectivo de obter um único mercado bancário na UE. Isso significa que qualquer fornecedor de serviços bancários pode estabelecer-se em qualquer lugar dentro da UE e que os clientes têm escolha livre para negociar com qualquer banco legalmente estabelecido na UE (Gual, 2003).

De acordo com Gual (2003), a regulamentação inerente à função de supervisão no espaço da União Europeia pode ser desenvolvida sob três perspectivas: i)

regulamentação prudencial; ii) regulamentação que inclui restrições impostas directamente sobre a estrutura da indústria e ao exercício da actividade; e iii) Informação que é requerida de instituições de crédito sobre as características de produtos e serviços bancários e da solidez da sua situação financeira.

A complexidade da regulamentação afecta a livre circulação de capital. Para facilitar o processo de integração do sector bancário dentro da UE, Gual (2003) apresenta três soluções:

1. Harmonização total na regulação do sector bancário, que nos levará ao mercado totalmente integrado. Esta via é possível, desde que, exista uma plena integração política, uma vez que a regulamentação dos produtos financeiros é muito parecida com a legislação comercial e contratual, e nesta área as tradições variam substancialmente entre os Estados-Membros.
2. Como segunda solução é sugerida a utilização do princípio do tratamento nacional. Este método diz que os operadores estrangeiros têm que ter o acesso ao mercado local e têm que ser tratados de forma igual aos operadores nacionais. Neste caso, o processo de integração é limitado, pois os bancos estrangeiros estão sujeitos às regras locais. No entanto, cada Estado-Membro tem a possibilidade de estabelecer a sua própria regulamentação prudencial e da informação.
3. O terceiro método é baseado no princípio do reconhecimento mútuo. Significa que cada Estado-Membro reconhece a regulamentação do seu parceiro e aceita a prestação de serviços das instituições estrangeiras tal como se aquelas fossem entidades nacionais. Este método favorece um alto nível de integração mas, na opinião do autor, ao mesmo tempo debilita a eficácia da regulamentação, que pode levar até ao colapso da própria regulamentação.

O processo de harmonização da regulação do mercado bancário na UE tem sido baseado no método do reconhecimento mútuo. A harmonização de regulamentação estabeleceu padrões mínimos e não obrigou cada país a ter as regras prudenciais mais rigorosas. O processo da integração da UE não limitou a regulamentação económica dos bancos, pois permitiu estabelecer uma predominância dos bancos universais. Estes bancos juntam a actividade de concessão de crédito e da banca de investimento.

Por último Gual (2003) conclui que a utilização do método da harmonização mútua beneficiou a rapidez do processo de integração dos bancos na EU. Na opinião do autor foi possível atingir maior integração do que utilizando o método com princípios de tratamento nacional. De qualquer maneira, o processo de desregulamentação concorrencial não levou a harmonização aos mesmos níveis de liberalização entre os países. Mantém-se diferente regulamentação nacional para certos produtos, particularmente no que se refere ao tratamento fiscal.

Mais recentemente, Andenas (2010) refere que existem dois problemas no processo de harmonização e regulação dos mercados financeiros Europeus. Em primeiro lugar, a integração dos mercados não tem sido muito eficiente, pois continua a existir divisão dos mercados pelas fronteiras nacionais, tal como nos serviços financeiros e na maioria das instituições financeiras. Num segundo nível, o autor aponta o facto dos mercados financeiros tornaram-se em actores sem Estado, tornando assim, os reguladores nacionais menos eficazes. A regulamentação nacional impede o acesso ao mercado e estabelece regras de passagem de fronteiras.

Segundo Andenas (2010) a harmonização da regulamentação é muito importante quando se trata de lidar com crises financeiras. A estabilidade do sistema tornou-se o objectivo mais importante da regulamentação do mercado financeiro. O tema da estabilidade financeira muitas vezes põe em causa a eficácia da harmonização da

regulamentação. De acordo com o autor, na zona do euro ainda existem muitas autoridades nacionais que regulam ou supervisionam os bancos e outras instituições financeiras. O Banco Central Europeu define e aplica uma política monetária para todos os países, mas ao mesmo tempo as autoridades nacionais permanecem com a responsabilidade de supervisionar o sector bancário.

Com a globalização dos mercados financeiros, as funções desempenhadas pelos Bancos Centrais ao nível da supervisão tendem a evoluir. Tradicionalmente, a supervisão consistia em verificar se os bancos cumpriam o quadro normativo, enquanto hoje, a supervisão tem que acompanhar a qualidade da governação das instituições (Masciandaro et al, 2008).

A regulação e a supervisão exercida pelos Bancos Centrais têm impacto na actividade dos bancos. Haas (2005) e Naaborg (2005) desenvolveram um estudo sobre o sector bancário dos países da Europa Central e dos Estados Bálticos onde a maioria dos bancos é dominado por bancos estrangeiros. Os autores concluíram que a gestão das filiais dos bancos estrangeiros nesses países está fortemente integrada nas suas casas-mãe, nomeadamente nas matérias de política de crédito e gestão de activos. Consequentemente, a harmonização normativa promoveria uma gestão mais eficiente dessas instituições. Por outro lado, facilitaria a comparação da performance financeira de cada banco. As métricas de avaliação da performance financeira utilizam alguma informação retirada das demonstrações financeiras.

A comparabilidade das demonstrações financeiras é um dos mais importantes temas das pesquisas na literatura contabilística. A introdução das normas internacionais da contabilidade na Europa não diminuiu a necessidade de investigar este assunto. Nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) a comparabilidade é indicada como uma das características qualitativas da informação financeira. A comparabilidade envolve

uma perspectiva longitudinal e *cross-sectional*. Por um lado, é importante analisar a tendência na posição financeira e desempenho de um determinado banco. E, por outro lado, comparar as demonstrações financeiras de diferentes bancos num dado momento. Assim, a comparabilidade da informação promove uma maior transparência sobre a situação financeira e a solvabilidade dos bancos.

No entanto, a harmonização contabilística no espaço da União Europeia através da adopção das IAS não é um processo isento de críticas. Cole et al (2010) referem que as IAS têm critérios flexíveis e assim, permitem que as empresas ajustem as políticas contabilísticas às circunstâncias individuais. Na opinião dos autores, esta situação torna difícil compreender se as empresas estão a ajustar os métodos por causa das circunstâncias únicas ou por causa da manipulação das contas. Caprio Jr (1996) refere que o balanço e a demonstração de resultados dos bancos estão sujeitos a uma variedade de diferenças de informação e também podem ser manipuladas para reflectir o que os gestores e accionistas gostariam de transmitir ainda que não sejam manipuladas.

Em muitas matérias, as IAS estabelecem orientações e não prescrições. Assim, a flexibilidade vai dificultar a comparação das demonstrações financeiras, sem a divulgação integral das diferentes políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. Cole et al (2010) realçam que a possível flexibilidade vai dificultar a recolha de informação útil tanto para a administração fiscal, como para os economistas, para os estudantes e profissionais de contabilidade. Todos estes problemas mostram a importância e necessidade de harmonização. Mas ao mesmo tempo os autores avisam para as desvantagens da harmonização. Um dos problemas está relacionado com os diferentes objectivos de preparação dos relatórios, diferentes maneiras de negociação, e diferentes maneiras de interpretar a economia e factores políticos.

Na literatura existem bastantes estudos comparativos entre países que comparam vários aspectos no sector bancário. Refiro-me, designadamente, a um estudo muito completo do Deutsche Bundesbank e Banque de France “*Corporate Finance in Germany and France*” (September 1999) (Sauvé e Scheuer, 1999) que tem como objectivo analisar as diferenças na regulamentação da contabilidade e procedimentos de ajustamentos. Quando alguns autores falam das empresas com responsabilidade limitada, constata-se que depois da introdução da Quarta directiva da Comissão Europeia na legislação nacional da contabilidade, reduziram-se consideravelmente as diferenças na contabilidade e auditoria para as contas individuais nos Estados-Membros da UE. Mas as diferenças substanciais ainda persistem.

Este estudo reforça a relevância do tema da comparabilidade no sector financeiro, focando nos mercados alemães e franceses. O estudo foi realizado com dados reais do sector financeiro, graças ao acesso privilegiado de Bancos Centrais aos dados prestados pelos participantes do sector financeiro. Durante o estudo foi constatado que existem várias fortes diferenças na regulamentação da contabilidade e processo de ajustamento.

Este estudo representa um excelente exemplo de uma análise da comparação de duas economias. O estudo pode ser utilizado como guia para um outro estudo de comparação, caso se tenha acesso a dados reais suficientes.

## **2.4 Síntese e objectivo do trabalho**

A melhoria no funcionamento do mercado interno e a promoção da livre circulação de capitais na União Europeia requer que exista uma elevada harmonização normativa. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a literatura evidência a existência de poucos estudos que analisam as diferenças entre países do quadro normativo que é usado na

preparação e apresentação das demonstrações financeiras dos bancos. A análise empírica tem incidido sobre as diferenças e o impacto da estrutura de relato financeiro usado pelas empresas no período antes e após a sua adopção.

O sector bancário tem um papel fundamental no desenvolvimento da economia europeia e na realização do mercado único. Os Bancos Centrais criam regulamentos que influenciam directa e indirectamente as demonstrações financeiras, facto que dificulta o processo de comparabilidade das demonstrações financeiras.

O presente trabalho têm como objectivos comparar as regulamentações (leis, normativos, instruções etc.) dos Bancos Centrais Nacionais da Letónia e Portugal e, encontrar as diferenças que podem existir em função dos ajustamentos nacionais permitidos e a estimar as possíveis diferenças em casos práticos. Neste trabalho é prestada especial atenção à ausência de uma plena harmonização das normas contabilísticas e regras prudenciais que influenciam as demonstrações financeiras dos bancos nos dois países.

O sistema bancário de Portugal e da Letónia é constituído por várias instituições nacionais e estrangeiras. Presentemente, não existe nenhum banco português a actuar na Letónia, o que não significa que não venha a existir no futuro. Em Portugal, existe uma Sucursal do banco AS “PrivatBank” da Letónia a operar desde 2007, cuja actividade é desenvolvida a partir de três agências no Continente e em breve no arquipélago da Madeira.

Apesar da reduzida relação entre o sistema bancário entre os dois países, a literatura tem dado alguma relevância aos estudos sobre a Contabilidade nas Economias que estavam sob o domínio da Ex-União Soviética (e.g. *Call for papers* de 2009 da *European Accounting Review*). Neste contexto, o presente estudo pretende contribuir para esta linha de investigação internacional.



### **CAPÍTULO III – MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO**

O objectivo do trabalho é analisar a influência da regulamentação das entidades de supervisão da Letónia e Portugal nas Demonstrações Financeiras dos Bancos. Esta análise incidiu sobre as normas que regulam as matérias sobre provisões para créditos, rácio de liquidez e reservas mínimas. Para atingir o objectivo do estudo foram analisados os regulamentos dos órgãos Supervisores do sector bancário dos dois países que estão disponíveis nos sítios da Internet do Banco de Portugal, do Banco da Letónia e da FKTK.

Presentemente, existe uma Sucursal de um Banco da Letónia em Portugal. Como essa Sucursal não dispõe de uma lista diversificada de produtos e também não tem o capital próprio, a análise empírica incidiu sobre dados públicos de outros bancos.

Na análise das percentagens das reservas mínimas, os dados utilizados foram retirados dos Relatórios e Contas anuais de alguns bancos letões que não operam em Portugal e portugueses (que não operam na Letónia). No caso do cálculo do rácio de liquidez, foram utilizados dados reais de um banco da Letónia. Esses dados foram introduzidos nas formas de cálculo de Portugal e da Letónia. Depois foi comparado o resultado obtido.

Por causa da falta de acesso aos dados reais, a estimativa de provisões de crédito foi construído e admitido um certo portfólio de créditos com a divisão por prazos de atraso de pagamento de empréstimo. Para o mesmo portfólio foram aplicadas as duas regras de Portugal e da Letónia. Depois foi comparado o resultado obtido.

No final do trabalho são tiradas as conclusões de análise empírica, indicadas as limitações que existiram para execução da análise empírica e apontadas linhas de investigação futura.

## **CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO**

### **4.1 Análise da regulação Portuguesa e da Letónia**

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras dos bancos e o reporte da informação financeira para as entidades de supervisão é regulada por uma variedade de normas.

O artigo 4.º do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, determina que, em relação a cada exercício financeiro com início em ou após 1 de Janeiro de 2005, as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS. Para as restantes sociedades O artigo 5.º daquele Regulamento concede a opção aos Estados-Membros de exigirem ou permitirem a adopção das IAS/IFRS na preparação (1) das contas consolidadas das empresas sem valores mobiliários admitidos à negociação e (2) das contas individuais.

No Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, o Banco de Portugal determinou a elaboração das contas consolidadas e individuais dos bancos de acordo com as IAS/IFRS adoptados por regulamento da União Europeia, bem como a estrutura conceptual para a preparação e apresentação dessa informação. No entanto, foram estabelecidas algumas excepções em determinadas matérias para a elaboração das contas individuais dos bancos (e.g. na valorimetria e provisionamento do crédito concedido, activo tangíveis mantidos ao custo de aquisição). Estas IAS/IFRS alteradas passaram a ser designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas. Por outro lado, a maioria das caixas económicas continuam a reger-se pelo Plano Oficial de

Contabilidade do Sector Bancário (Instrução n.º 4/96). No que concerne ao reporte da informação contabilística preparada de acordo com as IAS/IFRS para efeitos de supervisão, o Banco de Portugal regula essa matéria através das Instruções n.º 23/2004, 18/2005 e 35/2005.

A Lei das Instituições de Crédito da Letónia estabelece que as Instituições de Crédito devem manter a sua contabilidade de acordo com a Lei da Contabilidade e regulamentos da FKTK e que estas têm que estar de acordo com as leis da República da Letónia e com as IAS/IFRS (artigo n.º 75 da Lei das Instituições de Crédito da Letónia). As demonstrações financeiras anuais devem ser preparadas de acordo com a Lei das Instituições de Crédito e regulamentos da FKTK emitidas ao abrigo desta lei artigo n.º 79 da Lei das Instituições e Crédito da Letónia). Deve

Para além de definirem a estrutura de relato financeiro dos bancos, as autoridades de supervisão do sector bancário português e letão estabelecem normas específicas sobre determinadas matérias que têm impacto na informação financeira dos bancos. Para analisar esse impacto foram considerados três domínios:

- a) Provisões para créditos,
- b) Rácio de liquidez,
- c) Reservas mínimas.

Enquanto a rubrica de provisões para crédito tem um impacto imediato e directo sobre as demonstrações financeiras, o rácio de liquidez e reservas mínimas influenciam a gestão de recursos assim que as exigências mínimas são cumpridas. Isso produz um impacto indirecto nas demonstrações financeiras.

#### **4.1.1. Provisões para créditos a clientes**

Em geral, o Banco de Portugal estabeleceu que nas contas individuais, os bancos devem adoptar as IAS/IFRS, mas exclui algumas matérias, tais como a mensuração e provisões do crédito concedido, sobre o qual devem manter o regime nacional (Instrução nº6/2005 do Banco de Portugal). Ao mesmo tempo, o aviso Nº 1/2005 do Banco de Portugal, diz que as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado membro deverão elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as IAS. Esta matéria é então vista na óptica das imparidades. O presente trabalho analisa a matéria das provisões para créditos a clientes, na base das contas individuais dos bancos.

Na Letónia as regras da FKTK sobre “Avaliação da Qualidade de Activos e Constituição de Provisões” referem que as perdas por imparidade de crédito são preparadas e apresentadas nas demonstrações financeiras dos bancos e elaboradas de acordo com as IAS/IFRS. Por outro lado, as diferenças são extensíveis à metodologia para classificar créditos por classes de risco.

Na Tabela 1 são mostradas as diferenças nos critérios da constituição de provisões para várias classes de risco. Como critério da classificação é utilizado o prazo de atraso de pagamento dos empréstimos e juros vencidos.

Tabela 1 – Classe de provisões para créditos

Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal	Regra n.º 42 do FKTK de 25.03.2009 sobre “Avaliação de Activos e Constituição de Provisões “
<p><b>Classe I</b> - até 3 meses</p> <p><b>Classe II</b> - de 3 até 6 meses</p> <p><b>Classe III</b> - de 6 até 9 meses</p> <p><b>Classe IV</b> - de 9 até 12 meses</p> <p><b>Classe V</b> - de 12 até 15 meses</p> <p><b>Classe VI</b> - de 15 até 18 meses</p> <p><b>Classe VII</b> - de 18 até 24 meses</p> <p><b>Classe VIII</b> - de 24 até 30 meses</p> <p><b>Classe IX</b> - de 30 até 36 meses</p> <p><b>Classe X</b> - de 36 até 48 meses</p> <p><b>Classe XI</b> - de 48 até 60 meses</p> <p><b>Classe XII</b> - mais de 60 meses</p>	<p><b>Empréstimos Standart</b> (<i>Standarta kredīti</i>) - Créditos que não mostram sinais de problemas. Pagamentos são efectuados de acordo com o plano de pagamento contratual ou de o período decorrido até 15 dias.</p> <p><b>Empréstimos Supervisionados</b> (<i>Uzraugāmie kredīti</i>) - Exigem o maior controlo, têm potencial incerteza, se a situação actual continuar, no futuro pode influenciar o cumprimento das obrigações. As condições económicas ou de mercado afectam negativamente o devedor ou a área de negócio dele; há tendência para que a situação financeira do devedor pior; atraso de pagamento até 30 dias ou atraso de pagamento até 90 dias caso a fonte secundária de reembolso seja de confiança.</p> <p><b>Empréstimos Subprime</b> (<i>Zemstandarta kredīti</i>) - Fluxo de caixa do mutuário é insuficiente para fazer pagamentos regulares, de acordo com os termos do contrato; o banco recebe informações insatisfatórias sobre a situação financeira do mutuário ou falta de documentação adequada do seguro de crédito e fontes de aplicação de crédito; atraso de pagamento 31-90 dias ou superior a 90 dias caso a fonte secundária de reembolso seja de confiança.</p> <p><b>Empréstimos Duvidosos</b> (<i>Šaubīgie kredīti</i>) - Mutuário com problemas de liquidez e sinais reais de insolvência, o valor total dos activos não são suficientes para satisfazer as obrigações, atraso de pagamento de 91 até 180 dias e a fonte secundária de reembolso é duvidosa.</p> <p><b>Empréstimos Perdidos</b> (<i>Zaudētie kredīti</i>) - Pagamentos da dívida em atraso por mais de 180 dias, morreram, desapareceram ou cessaram as suas actividades, por uma decisão judicial declarada falida (bancarrota); créditos emitidos sem garantia ou não foram efectuados os procedimentos de controlo de garantia.</p>

O Aviso n.º 3/95 modificado pelo Aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal obriga a enquadrar os créditos vencidos nas doze classes, que reflectem o escalonamento temporal dos créditos e juros vencidos em função do período decorrido após o respectivo vencimento, ou o período decorrido após a data em que tenha sido formalmente apresentada ao devedor a exigência da sua liquidação.

Na Letónia a regra n.º42 do FKTK exige o enquadramento só em 5 classes, contra 12 de Portugal. Os critérios de classificação dos activos em 5 grupos dependem não só da variável período decorrido após o respectivo vencimento, mas também dos outros riscos que têm forte probabilidade de influenciar a devolução do empréstimo e pagamento de juros vencidos.

As instituições reguladoras dos dois países definiram as percentagens mínimas de provisões. As duas instituições controlam a aplicação correta destas regras. Na Tabela 2 é apresentada a lista das percentagens mínimas exigidas para cada classe de empréstimos dos bancos que operam no mercado da Letónia.

**Tabela 2 – Percentagem de provisões na Letónia**

<b>Classe de empréstimo</b>	<b>Provisão</b>
Empréstimos Standart	0%
Empréstimos Supervisionados	Não inferior a 10 % de valor contabilístico de créditos
Empréstimos Subprime	Não inferior a 30 % de valor contabilístico de créditos
Empréstimos Duvidosos	Não inferior a 60 % de valor contabilístico de créditos
Empréstimos Perdidos	Não inferior a 100 % de valor contabilístico de créditos

Na Tabela 3 é apresentada as percentagens das provisões portuguesas. A regra prevê a divisão não só de acordo com o atraso de pagamento mas também pela finalidade e existência de garantia nos empréstimos.

**Tabela 3 – Percentagem de provisões em Portugal**

Classes	Sem Garantia	Com garantia				
		Pessoal	Real			
			Não Hipotecária	Hipotecária		
				Outros fins	Crédito a habitação	
					Crédito $\geq$ 75% garantia	Crédito < 75% garantia
I	1	1	1	1	0,5	0,5
II	25	10	10	10	10	10
III	50	25	25	25	25	25
IV	75					
V	100	50	50	50	50	50
VI		75				
VII		100	75	75	75	75
VIII						
IX			100	100	100	100
X						
XI						
XII						

As regras de Portugal são mais detalhadas, enquanto as regras emitidas pela FKTK são bastante gerais. A FKTK obriga os próprios bancos a elaborar a política de gestão de riscos de empréstimos. Assim, cada banco tem a sua política interna que é baseada nas regras principais estabelecidas pela regra n.º 42 da FKTK. Consequentemente, existe uma diversidade nas políticas seguidas pelos bancos, sendo que estas políticas são internas e normalmente tida como informação confidencial de cada banco. Só as instituições reguladoras têm o acesso completo a esta informação e verificam a eficácia e adequação desta a cada banco.

Na sequência do supra indicado, e à falta de acesso à política de controlo de risco de crédito de um banco em concreto, na estimativa de impacto das regras no ponto 4.2.1. foram utilizadas as regras gerais do FKTK e do Banco de Portugal.

#### 4.1.2. Rácio de Liquidez

A liquidez é um conceito económico que considera a facilidade com que um activo pode ser convertido num meio de troca da economia, ou seja, é a facilidade com que ele pode ser convertido em dinheiro. O rácio de liquidez é um indicador que mensura a capacidade da empresa em cumprir as suas obrigações financeiras no curto-prazo.

O rácio de liquidez é regulado pelo Banco de Portugal através da Instrução n.º 13/2009, de 14 de Agosto, intitulada por *Informações periódicas de liquidez*. Na Letónia, a FKTK emitiu a instrução n.º 195, de 28 de Dezembro de 2009, intitulada por *Regulamento sobre os requisitos de liquidez e execução, e a gestão do risco de liquidez*.

A maior diferença que existe no tratamento do rácio de liquidez entre as duas normas é a percentagem do rácio que tem que ser mantida para assegurar a liquidez exigida pelas instituições de supervisão. Na Tabela 4 são apresentados os requisitos exigidos pela Supervisão sobre o rácio de liquidez.

**Tabela 4 – Rácio de liquidez**

<b>Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal</b>	<b>Instrução n.º 195 da FKTK</b>
Percentagem adequada, com excepção das sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede na União Europeia que manterão, em permanência, 15%.	Percentagem suficiente, mas não inferior a 30 %

O Banco de Portugal não especifica a percentagem mínima do rácio de liquidez às instituições de crédito, excepto para as sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede na União Europeia. Por isso, é dada maior liberdade aos bancos portugueses no seu mercado nacional do que aos bancos letões no seu mercado, aonde têm estritamente indicada, a obrigação de manter o rácio de liquidez não inferior a 30%. Assim, em matéria do rácio da liquidez, a FKTK não permite a flexibilidade que existe



em Portugal. O §11 da instrução nº 13/2009 estabelece que o Banco de Portugal pode *determinar, caso a caso, as exigências de liquidez consideradas adequadas, tendo em conta a especificidade das instituições ou dos grupos em que se inserem*. O termo “adequado” é muito subjectivo e até pode ser negociado a favor de cada banco. Mas, o Banco de Portugal mantém o poder de aceitar ou não a decisão de cada instituição. De qualquer modo, esta situação pode criar desigualdades e injustiça entre os participantes no mercado bancário. Por outro lado, o §15 da Instrução n.º 13/2009 estabelece que *as sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede na União Europeia mantenham, em permanência, 15% do total dos depósitos captados e de outros recursos com prazo de vencimento residual até um mês*. Consequentemente, esta cláusula tem implicações na gestão das sucursais estrangeiras, penalizando possivelmente a sua performance face às restantes instituições de crédito.

Na sequência do facto de não ter sido encontrada informação que indicasse o rácio mínimo de liquidez dos bancos portugueses, na parte da estimativa prática foi utilizada a taxa de 15% contra os 30 % da Letónia.

#### **4.1.3 Reservas mínimas**

O BCE exige que as instituições de crédito mantenham reservas mínimas em contas abertas nos bancos centrais nacionais, em cumprimento do disposto no regime de reservas mínimas do Eurosistema. O enquadramento legal sobre as reservas mínimas é o seguinte:

- Artigo 19.º do Protocolo (n.º 4) relativo aos Estatutos do SEBC e do BCE

- Recomendação do BCE n.º 98/C 246/06, de 7 de Julho, referente a um regulamento (CE) do Conselho relativo à aplicação de reservas mínimas obrigatórias.
- Recomendação do BCE n.º 2001/C 89/05, de 1 de Março, referente a um regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 2531/98 do Conselho, de 23 de Novembro de 1998, relativo à aplicação de reservas mínimas obrigatórias pelo Banco Central Europeu.
- Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do BCE, de 12 de Setembro, relativo à aplicação do regime de reservas mínimas (BCE/2003/9) que foi alterado parcialmente pelo Regulamento (CE) n.º 1052/2008 do BCE, de 22 de Outubro.

A aplicação do Regulamento BCE/2003/9 assegura a uniformidade dos termos e das condições do regime de reservas mínimas do Eurosistema, em toda a área do euro.

De acordo com o Regulamento n.º 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo BCE, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição das reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais. A base de incidência compreende todos os depósitos de instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro, bem como todos os depósitos de clientes com maturidade inferior a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2%. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do SEBC. Os dados do balanço são comunicados ao Banco de Portugal no âmbito das estatísticas monetárias e bancárias do BCE.

Embora a Letónia ainda não fazer parte da zona Euro, as responsabilidades de prazo superior a 2 anos (também com o pré-aviso) estão sujeitas ao coeficiente de 3%. As

outras responsabilidades incluídas na base de reserva estão sujeitas ao coeficiente de 5%.

O regime de reservas mínimas do Eurosistema permite às contrapartes utilizar cláusulas de média, o que implica que o cumprimento das reservas mínimas é determinado com base na média dos saldos de fim de dia das contas de reserva das contrapartes, durante um período de manutenção. As reservas mínimas efectivamente detidas pelas instituições são remuneradas à taxa das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

O regime de reservas mínimas do Eurosistema visa as seguintes funções monetárias principais (BCE, 2008):

- Estabilização das taxas de juro do mercado monetário

A cláusula de média do regime de reservas mínimas do Eurosistema procura contribuir para a estabilização das taxas de juro do mercado monetário, dando às instituições um incentivo para atenuar os efeitos das flutuações temporárias de liquidez.

- Criação ou aumento de escassez estrutural de liquidez

O regime de reservas mínimas do Eurosistema contribui para a criação ou para o aumento da escassez estrutural de liquidez, permitindo uma maior eficiência do Eurosistema enquanto cedente de liquidez.

As sucursais na área do euro de entidades que não tenham a sua sede social na área do euro estão igualmente sujeitas ao regime de reservas mínimas do Eurosistema. No entanto, as sucursais situadas fora da área do euro de instituições de crédito estabelecidas na área do euro não estão sujeitas ao regime de reservas mínimas do Eurosistema (BCE, 2008).

## **4.2 Análise dos dados**

### **4.2.1. Provisões de créditos**

Na sequência da crise económica mundial, a questão das provisões para créditos, reveste-se da máxima importância. Muitos países Europeus e do resto do mundo sofreram forte influência nas suas economias designadamente na sua estabilidade financeira. Letónia e Portugal infelizmente não são excepção. O FMI teve que ajudar ambos os países com as crises financeiras. A Letónia recebeu a ajuda do FMI em 2009 e Portugal em 2011.

Um dos maiores problemas dos bancos, nas situações de crises, é a qualidade e “saúde” da carteira de créditos. Os Bancos sofrem com a insolvência dos seus clientes e isso tem forte influência nos resultados dos bancos. Por exemplo, a rubrica de imparidade do crédito do Millennium BCP aumentou 27% em 2010 (713,13 M,€) face ao exercício de 2009 (560,00 M,€). No caso da Caixa Geral de Depósitos, o aumento foi de 13,3% (2009 – 684 M,€; 2010 – 775 M,€).

Na Letónia o pior ano foi 2009 que correspondeu ao ano da entrada do FMI. Em 2010, os bancos já estavam a recuperar e a situação económica dos seus clientes estabilizou-se. Por exemplo, o Swedbanka em 2009 tinha contabilizado à volta de 291.881 M,€ na rubrica provisões de crédito, enquanto em 2010 a mesma rubrica tinha diminuído para 81.942 M,€.

Neste momento não existe nenhum banco Letão que ofereça empréstimos no mercado português, e não existe nenhum banco Português na Letónia. Por este facto, para estimativa da aplicação das regras dos dois países e analisar influência das diferenças em provisões de créditos, foram considerados dados estimados dum banco XPTO que podia operar nos dois mercados, de Portugal e da Letónia. O resultado da estimativa é apresentado no Anexo n.º 1. Tal como já foi referido no ponto 4.1.1. a

estimativa foi realizada com as regras gerais das instituições reguladoras dada a falta de acesso às políticas internas dos bancos.

No Anexo n.º 1 estão aplicadas as normas Portuguesas e Letãs. Em Portugal temos 5 diferentes outputs por cada tipo de empréstimo, enquanto na Letónia existe só um output. Os resultados foram obtidos aplicando as percentagens de provisões conforme o prazo de atraso sobre o valor do empréstimo em atraso. Da coluna D até à coluna H são representadas as provisões em Portugal. Na coluna J são apresentadas as provisões da Letónia. As próximas colunas, de M até Q, apresentam o cálculo de proporção das provisões da Letónia contra as provisões de Portugal.

A primeira grande diferença que existe é que na Letónia a regra não exige a divisão de provisões conforme a finalidade do empréstimo. Todos os empréstimos são tratados da mesma maneira e por isso temos só um output. Não existe diferença no tratamento das provisões entre crédito pessoal, com garantia ou sem, ou de habitação.

Quando consideramos os valores totais das provisões sobre todos os tipos de empréstimos, verificamos que as normas da Letónia obrigam a reconhecer um montante de provisões superior em 49,21% face às normas portuguesas. Esta situação está relacionada com as diferenças na divisão do prazo de atraso de pagamento. De acordo com as normas da Letónia, um empréstimo é considerado perdido (com 100% de provisão) assim que o prazo de atraso de pagamento seja superior a 180 dias, enquanto em Portugal para o empréstimo considerado o mais arriscado (sem garantia), as provisões de 100% são contabilizadas só a partir de 12 meses. Em suma, a aplicação das normas locais prejudica a performance dos bancos Letões comparativamente com os bancos Portugueses. O resultado líquido do exercício do banco Letão vai ser menor do que, na mesma situação, um banco Português. Contudo, esta desvantagem é atenuada

pelas normas de tributação dos lucros dos bancos que é mais favorável na Letónia, mas isso não é o tema de análise deste trabalho.

O Banco de Portugal prevê que a percentagem de provisões varie entre vários tipos de empréstimos com o mesmo prazo de atraso de pagamento. A finalidade do empréstimo é uma importante variável. A celebração do contrato com o cliente obriga que o banco classifique o empréstimo conforme o grupo de risco a que pertence. Conforme a natureza, uns empréstimos têm mais risco do que outros. Um crédito sem garantia é considerado com maior risco face a um empréstimo com garantia. Assim, o Banco de Portugal prevê que os créditos sem garantia ou com reduzidas garantias sejam tratados com maior precaução face aqueles que apresentam boas garantias. As normas da Letónia não estabelecem esta diferenciação que ocorre em Portugal.

O valor do empréstimo em imparidade também influencia o valor total das provisões. Normalmente os créditos sem garantias têm valores mais baixos, enquanto os empréstimos com garantias têm valores mais altos (precaução do banco desde o início). Os bancos Letões são mais influenciados por esta situação.

No Anexo n.º 1 verificamos que na Letónia as provisões com prazo até 180 dias para todos os tipos de empréstimos (excepto o sem garantia) são 80% superiores, comparando com as provisões de Portugal. Esta grande diferença na regulamentação tem forte influência nas demonstrações financeiras dos bancos. Por outro lado, esta diferença é bastante penalizadora para os bancos letões, pois os empréstimos com menores prazos de atraso são muito frequentes e têm valores superiores face aos empréstimos em mora com os prazos superiores.

Quanto maior o prazo do atraso de pagamento, menor fica a diferença entre percentagem de provisões entre os valores de ambos os países. A partir de 48,5 meses

de atraso de pagamento, deixam de existir diferenças entre os dois países (excepto no empréstimo hipotecário com menos de 75% garantia).

Se expressarmos essas diferenças em unidades monetárias e não em percentagens, podemos verificar que a diferença é grande. Por exemplo, para empréstimo hipotecário com garantia superior a 75% e com prazo de atraso de pagamento de 75 dias, em Portugal são contabilizados 18.000 EUR de provisões, enquanto na Letónia são contabilizados 1.102.000 EUR. Considerando o facto de que os empréstimos hipotecários têm montantes muito altos, as diferenças são elevadíssimas.

Em suma, as normas portuguesas possibilitam que os valores das provisões dos bancos sejam inferiores porque as percentagens das provisões são alargadas por um prazo maior e tem em consideração a natureza do crédito e a existência de garantia. Os bancos Letões apresentam um valor de provisões superior, não por causa da pior qualidade de carteira de empréstimos, mas por causa das regras que são mais rigorosas, quando comparadas com as Portuguesas. Por isso, a comparabilidade da performance financeira entre bancos letões e portugueses é prejudicada pela existência de normas diferentes sobre as provisões de crédito. A harmonização nas regras de provisões é muito relevante, para que os bancos possam ter as condições iguais de negócio e possam ser comparados com facilidade.

#### **4.2.2. Liquidez**

O rácio de liquidez está relacionado com os seguintes investimentos (§15 da Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal):

- a) Moeda;
- b) Depósitos no Banco de Portugal;
- c) Títulos elegíveis no âmbito de operações de crédito no Eurosistema;

- d) Depósitos à ordem ou a prazo constituídos junto de instituições de crédito que disponham de notação de rating atribuída por uma ECAI que corresponda a um grau de qualidade de risco igual ou inferior a 2, de acordo com o mapeamento constante no Anexo I da Instrução nº 10/2007;
- e) Outros activos, desde que aplicados em Portugal, que estejam disponíveis à vista ou que tenham um prazo residual de vencimento não superior a um mês.
- f) Depósitos captados
- g) Outros recursos com prazo de vencimento residual até um mês.

Para estimar o rácio de liquidez foram utilizados dados de Contas Anuais de 2010 do “Swedbank” AS (Letónia), principalmente o balanço e o anexo com divisão de intervalos temporais que é fundamental para o cálculo do rácio. Os valores são apresentados em Lats (moeda nacional da Letónia). Neste caso para o cálculo do rácio de liquidez não existe a necessidade de fazer o câmbio porque o mais importante é a percentagem do rácio e não a moeda utilizada. Os dados do banco foram introduzidos na forma de cálculo solicitada pelo Banco de Portugal (Anexo n.º 3) e na forma da FKTK (Anexo n.º 2).

Os resultados mostram que o rácio de liquidez era de 44,77% e 68,3% de acordo com as normas portuguesas e letãs. Assim, um investidor que faça a análise financeira do banco letão pode ser induzido em erro, caso não tenha conhecimento das especificidades do cálculo do rácio.

De acordo com a nossa análise, o tratamento dos passivos constitui a principal causa para a diferença no rácio de liquidez. A Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal indica que o rácio tem que ser calculado a partir do total dos depósitos captados, enquanto a Instrução n.º 195 da FKTK exige incluir no cálculo os passivos com o prazo residual de vencimento até 30 dias. Assim, todos os depósitos com o prazo residual



superior a 1 mês ficam fora do cálculo do rácio de liquidez. Se ajustássemos a norma portuguesa a este requisito letão (excluir depósitos superiores a 30 dias), então o rácio de liquidez passaria para 70,23% que é bastante próximo do rácio apurado a partir da norma letã integral (68.30%).

Esta pequena diferença no último resultado da estimativa existe por causa de outro factor. O mapa de cálculo de Portugal prevê a inclusão da rubrica de outros activos desde que aplicados em Portugal e estejam disponíveis à vista ou que tenham um prazo residual de vencimento não superior a um mês. Entretanto, esperava-se que no mapa de cálculo Letão existisse uma rubrica igual, desde que os activos estivessem aplicados na Letónia. Isso não existe, o que, desde logo, implica uma diferença em 20.877 mil lats nos activos, que por sua vez influencia o rácio de liquidez.

Não conseguimos efectuar uma estimativa com 100% de certeza porque os dados disponíveis do banco considerado não são divididos por intervalos temporais, de forma suficientemente detalhada como seria necessário para a elaboração do mapa de liquidez de Portugal correctamente.

De qualquer modo, vemos que o resultado da nossa estimativa confirma claras diferenças nesta matéria entre Portugal e a Letónia. A norma letã impõe um rácio de liquidez mínimo de 30%, enquanto em Portugal a flexibilidade é substituída unicamente nos casos das sucursais estrangeiras que devem ter um rácio mínimo de 15%. A exigência de um rácio de liquidez obriga o banco a ter mais fundos aplicados em activos líquidos. Por isso, as demonstrações financeiras dos bancos são indirectamente influenciadas por estas normas. Em vez de aplicar os passivos em activos com maior rentabilidade, os bancos na Letónia têm a necessidade de mantê-los em activos líquidos para assegurar o rácio de liquidez conforme as exigências mínimas. Consequentemente, um investidor sem conhecimentos das regras de cálculo, pode tomar uma decisão errada

por causa da comparabilidade limitada. Assim, a maior harmonização nas regras de cálculo do rácio de liquidez entre os Estados-Membros facilitaria a avaliação dos investidores sobre a real liquidez de cada banco. Presentemente, o investidor tem que ter consciência de que um rácio liquidez de 68,3% da Letónia é equivalente a 44,77% de acordo com a norma portuguesa.

Conforme a Instrução nº13/2009 os bancos que operam no mercado português necessitam de manter 50% mais activos líquidos do que os bancos que operam na Letónia para assegurar o cumprimento do rácio de liquidez, porque em Portugal toda a carteira de depósitos tem que ser suportada pelo mínimo de activos líquidos estabelecidos. A Instrução equivalente na Letónia, com n.º 195 da FKTK, exige incluir no cálculo só os passivos com o prazo residual de vencimento até 30 dias.

Assim, a regra de Portugal é mais exigente do que a sua equivalente letã.

A diferença existente pode ser crítica nas situações de crise de falta de liquidez. Para um banco Letão pode suceder que, perante a reguladora Letã está a cumprir o rácio mínimo, enquanto perante o regulador Português está a ter problemas de liquidez. Cada banco efectua a sua política de controlo de liquidez para prevenir possíveis situações de crise. A diferença existente está a influenciar as demonstrações de resultados através de gestão do rácio de liquidez e do negócio do banco em geral. O rácio de liquidez é um dos mais importantes índices para verificar a segurança e saúde financeira dum banco. A confiança dos clientes pode estar em causa.

#### **4.2.3. Reservas mínimas**

O cumprimento das reservas mínimas exige que as instituições de crédito mantenham certa quantidade de fundos junto do Banco Central Nacional. As reservas mínimas aparecem na rubrica – Disponibilidades em bancos centrais do balanço

bancário. Ao mesmo tempo o cálculo depende das rubricas de responsabilidades de instituições de crédito e depósitos de clientes.

Em Portugal a rubrica depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para cumprir as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do SEBC. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC. Em 31 de Dezembro de 2010 para o BES e o Montepio a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,00%.

Na Letónia o coeficiente das reservas mínimas junto do Banco da Letónia é de 3% das responsabilidades de prazo superior a 2 anos, enquanto em Portugal para as mesmas responsabilidades se aplica um coeficiente de reserva zero.

Os depósitos à ordem e depósitos a prazo até dois anos, inclusive, em Portugal são sujeitos a um coeficiente de reservas mínimas de 2%, enquanto na Letónia essas responsabilidades tem que ser incluídas na rubrica das outras responsabilidades e estar sujeitas ao coeficiente de 5%.

As outras responsabilidades (que estão incluídas na base de incidência), em Portugal estão sujeitas ao coeficiente 0%, enquanto na Letónia estão sujeitas, conforme já referido, ao coeficiente de 5%.

Esta obrigatoriedade influencia indirectamente o resultado do banco. Em vez de poder aplicar os recursos nos activos mais rentáveis, tem que usá-los para constituição das reservas mínimas. Na Tabela 5 são apresentados os valores de reservas mínimas contra o valor total de activos.

**Tabela 5 – Comparação das reservas mínimas com os activos totais**

<b>Banco</b>	<b>Reserva mínima M€</b>	<b>Activos totais M€</b>	<b>Reserva mínima/Activos</b>
AS „SEB banka”	132.483	3.740.064	3,54%
AS „Swedbank”	194.347	5.804.993	3,35%
BES	116.208	75.963.873	0,15%
Banco Finantia	3.322	2.053.213	0,16%

Fonte: Relatório e contas de 2010 dos bancos

No momento de preparação deste documento, nem todos os bancos tinham publicado as suas contas de 2010. Adicionalmente, nem todos os bancos indicam exactamente o valor das reservas mínimas no saldo da conta junto ao banco central.

Apesar da informação pública disponível ser limitada nesta matéria, na Tabela 5 verificamos que na Letónia a percentagem de reservas mínimas é de aproximadamente 3,45%, enquanto em Portugal é de 0,15%. A diferença é explicada em parte pelas regras de cálculo sobre as outras responsabilidades estarem sujeitas a coeficiente de 5% na Letónia contra os 0% de Portugal. Esta rubrica não tem importância significativa em Portugal, enquanto na Letónia provavelmente pode fazer uma certa diferença no resultado final do banco por causa do não investimento do valor das reservas obrigatórias nos activos mais rentáveis.

## **CAPÍTULO V – CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA**

### **5.1. Conclusões**

Nos últimos anos, os países que constituem a União Europeia tem dado alguns passos no caminho da harmonização normativa sobre a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, bem como, na regras sobre o funcionamento dos mercados. O presente estudo incidiu sobre a análise do quadro normativo com influência directa e indirecta sobre as demonstrações financeiras dos bancos em dois Estados-membros: Portugal e Letónia. Para esse efeito foram consideradas três áreas de potencial influência: provisões para crédito concedido, rácio de liquidez e reservas mínimas.

Os resultados do estudo mostram que as normas das entidades de supervisão sobre as provisões para crédito são diferentes, e por isso, a comparabilidade da informação é posta em causa. Comparativamente, o normativo português caracteriza-se por apresentar mais situações que devem ser ponderadas na estimação das provisões para crédito. Por outro lado, com base numa simulação de carteira de crédito, verificamos que as normas letãs impõem aos bancos a constituição de provisões para crédito num montante superior a 49,21% face ao normativo português. Se foram considerados prazos até 180 dias, então essa diferença passa para 80%. Por isso, constatamos que as normas sobre provisões têm uma influência directa na performance financeira dos bancos.

No que concerne ao rácio de liquidez, verificamos a existência de duas grandes diferenças entre o normativo dos dois Estados-Membros. Em primeiro lugar, a norma letã estabelece um limite mínimo no rácio de liquidez de 30%, enquanto o Banco de Portugal definiu esse limite em 15% apenas para as sucursais de bancos sedeados na União europeia. Nos restantes casos, o Banco de Portugal não estabelece um rácio fixo,

mas antes, procede a uma análise individual sobre a adequabilidade do rácio de liquidez apresentado pelo banco.

Em segundo lugar, a fórmula de cálculo do indicador de liquidez também apresenta diferenças. A norma letã não permite que sejam incluídos na fórmula os depósitos captados com prazo de vencimento superior a 30 dias, enquanto, em Portugal é incluída toda a carteira de depósitos captados.

Por último, as reservas mínimas exigidas pelos Bancos Centrais também são diferentes. Em Portugal, os bancos são obrigados a constituir reservas num montante de 2% sobre os depósitos com maturidade inferior a dois anos. Na Letónia, os bancos têm que constituir reservas de 3% sobre os depósitos com maturidade até dois anos e 5% sobre outras responsabilidades do banco.

Os resultados do estudo mostram que existem diferenças significativas nas normas dos dois Estados-Membros com impacto nas demonstrações financeiras dos Bancos. Algumas dessas normas têm influência directa e outras uma influência na gestão dos bancos. Esta situação dificulta o processo de comparabilidade da informação financeira prestada por bancos situados em diferentes Estados-Membros. Por outro lado, as normas letãs contribuem para uma menor performance financeira dos bancos. Numa época de globalização dos capitais e de crise financeira em alguns Estados-Membros, a actual situação pode influenciar a competitividade dos bancos e dos países. Por isso, o processo da harmonização de regulamentação dos Bancos Centrais Nacionais ainda tem que ser continuado e aperfeiçoado.

O BCE devia harmonizar ainda mais o mercado bancário no espaço da União Europeia. Isso é essencialmente relevante hoje na situação de crise. A harmonização da regulamentação tem a máxima importância não só por causa de segurança e supervisão do sector bancário, mas também para a protecção dos potenciais investidores, baixando

os custos de elaboração de contas com as regras diferentes dos dois países. O investidor está interessado em escolher o banco mais adequado segundo os seus critérios, sem surpresas inesperadas que podem resultar na impossibilidade, ou fraca possibilidade, de comparação da informação financeira dos bancos.

## **5.2. Limitações**

Neste momento no mercado Letão não existe nenhum banco Português e no mercado Português não existe nenhum banco Letão com uma vasta gama de produtos para uma análise prática detalhada e comparação completa. Por outro lado, o estudo sobre as provisões requer o acesso a dados que não são disponibilizados ao público em geral.

## **5.3. Investigação futura**

Caso venha a constatar-se o aparecimento de algum banco Português a operar no mercado Letão, ou o contrário (que ofereça um vasto conjunto de produtos bancários), podia continuar-se a análise comparativa entre os dois países. Isso iria mostrar até que ponto o BCE está a ser eficiente nas suas medidas de harmonização e a qual será o impacto do ajustamento que o BCE permite aos bancos nacionais. As regras harmonizadas entre países da UE não só facilitarão o processo de comparação, mas também irão reduzir os custos dos bancos em associação de contabilidade e gerência das regras prudenciais, assim assegurado e facilitando um dos pilares de UE – livre movimento de capitais.

## BIBLIOGRAFIA

1. Banco Espírito Santo, 2010. Apresentação de resultados Anual 2009, [Em linha]  
Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx> [Consult. 10 Julho 2011].
2. Banco Espírito Santo, 2011. Apresentação de resultados Anual 2010, [Em linha]  
Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx> [Consult. 10 Julho 2011].
3. Banco Finantia, 2011. Apresentação de resultados Anual 2010, [Em linha]  
Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx> [Consult. 10 Julho 2011].
4. Caixa Geral de Depósitos, 2010. Apresentação de resultados Anual 2009, [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx> [Consult. 10 Julho 2011].
5. Caixa Geral de Depósitos, 2011. Apresentação de resultados Anual 2010, [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx> [Consult. 10 Julho 2011].
6. Caprio, G. Jr., The Worl Bank; Policy Research Department, Finance and Private Sector Development Division (1996). *Bank Regulation. The Case of the Missing Model*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=597251](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=597251) [Consult. 22 Março 2011].
7. Cervellati, E.M. (2003). *Financial Regulation and Supervision in EU Countries*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=391998](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=391998) [Consult. 22 Março 2011].



8. Cole, V. Branson, J., e Breesch, D., Vrije Universiteit Brussel (2010). *The illusion of comparable European IFRS financial statements. The view of auditors, analysts and other users*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1521445](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1521445) [Consult. 22 Março 2011].
9. Documentação geral sobre os instrumentos e procedimentos de política monetária do Eurosistema, Banco Central Europeu, 2008, (2008). *A Execução da Política Monetária na Área do Euro*, [Em linha] Disponível em: <http://www.ecb.int/pub/pdf/other/gendoc2008pt.pdf> [Consult. 23 Março 2011].
10. Esteves, J.C., *MBA-Princípios de Contabilidade Financeira*. pp. 1-43.
11. Gual, J. (1999) IESE, University of Navarra. *Deregulation, integration and market structure in European banking*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=179328](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=179328) [Consult. 22 Março 2011].
12. Gual, J. (2003). *The Integration of EU Banking Markets*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=412981](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=412981) [Consult. 22 Março 2011].
13. Haas, R. e Naaborg, I., DNB Working Paper, N°51/ (2005). *Internal Capital Markets in Multinational Banks: Implications for European Transition Countries*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=786667](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=786667) [Consult. 22 Março 2011].
14. Masciandaro, D. Quintyn, M., e Taylor, M. W. (2008). *Inside and Outside of the Central Banks: Independence and Accountability in Financial Supervision. Trends and Determinants*, [Em linha] Disponível em:

- [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1136146](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1136146) [Consult. 22 Março 2011].
15. Mates Dorel, M., e Grosu, V. (2009). *Comparative study Romania-Italy concerning the Implementation of IAS/IFRS*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1325370](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1325370) [Consult. 24 Março 2011].
16. Millennium bcp, 2010. Apresentação de resultados Anual 2009, [Em linha] Disponível em: <http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/informacaoofinanceira/apresentacaoderesultados/> [Consult. 10 Junho 2011].
17. Millennium bcp, 2011. Apresentação de resultados Anual 2010, [Em linha] Disponível em: <http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/informacaoofinanceira/apresentacaoderesultados/> [Consult. 10 Junho 2011].
18. Ojo, M., (2011). *Fair Value Accounting and Procyclicality: Mitigating Regulatory and Accounting Policy Differences through Regulatory Structure Reforms and Enforced Self Regulation*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1777944](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1777944) [Consult. 24 Março 2011].
19. Sauvé, A., e Scheuer, M., (1999). *Corporate Finance in Germany and France. A joint Research Project of the Deutsche Bundesbank and the Banque de France*, [Em linha] Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=190245](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=190245) [Consult. 24 Março 2011].

20. SEB Banka, 2011. Apresentação de resultados Anual 2010, [Em linha]  
Disponível em <http://www.seb.lv/lv/about/for-investors/financial/finance-reviews/> [Consult. 10 Julho 2011].
21. Swedbank, 2010. Apresentação de resultados Anual 2009, [Em linha]  
Disponível em: <http://www.swedbank.lv/docs/finanses.php> [Consult. 10 Julho 2011].
22. Swedbank, 2011. Apresentação de resultados Anual 2010, [Em linha]  
Disponível em: <http://www.swedbank.lv/docs/finanses.php> [Consult. 10 Julho 2011].

## ANEXO Nº 1

### Estimativa de provisões de empréstimos

Dias de atraso de pagamento	Valor do empréstimo em atraso, milhares €	Classes pelo Aviso nº 3/95 (Potugal)	Provisões Empréstimos Sem Garantia, milhares €	Provisões Empréstimos Pessoal, milhares €	Provisões Empréstimos Não hipotecária, milhares €	Provisões Crédito a habitação com garantia >=75%, milhares €	Provisões Crédito a habitação com garantia <75%, milhares €	Classes pela Regra nº 42 do RCTK (Letónia)	Provisão milhares €	(Classes pela Regra nº 42 do RCTK (Letónia)) / (Provisões Empréstimos Sem Garantia, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCTK (Letónia)) / (Provisões Empréstimos Pessoal, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCTK (Letónia)) / (Provisões Crédito a habitação com garantia >=75%, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCTK (Letónia)) / (Provisões Crédito a habitação com garantia <75%, milhares €)	
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	J/D	J/E	J/F	J/G	J/H
15	5634	I	56,34	56,34	56,34	28,17	28,17	Standart	0	0	0	0	0	
30	345		3,45	3,45	3,45	1,725	1,725	Supervisionado	34,5	90	90	90	95	
45	487		4,87	4,87	4,87	2,435	2,435	Subprime	145,1	97	97	97	98	
60	9756		97,56	97,56	97,56	48,78	48,78		2326,8	97	97	97	98	
75	3674		36,74	36,74	36,74	18,37	18,37		1102,2	97	97	97	98	
90	8574	II	85,74	85,74	85,74	42,87	42,87	Duidosos	2572,2	97	97	97	98	
105	657		65,7	65,7	65,7	32,85	32,85		58	83	83	83	83	
120	9628		962,8	962,8	962,8	481,4	481,4		5566,8	83	83	83	83	
135	743		74,3	74,3	74,3	37,15	37,15		465,8	83	83	83	83	
150	47321		4732,1	4732,1	4732,1	2366,05	2366,05		28392,6	83	83	83	83	
165	7485	III	748,5	748,5	748,5	374,25	374,25		4491	83	83	83	83	
180	823		82,3	82,3	82,3	41,125	41,125		463,8	83	83	83	83	
195	733		73,3	73,3	73,3	36,65	36,65		733	50	75	75	75	
210	82		8,2	8,2	8,2	4,1125	4,1125		82	50	75	75	75	
225	321		32,1	32,1	32,1	16,05	16,05		321	50	75	75	75	
240	923	IV	92,3	92,3	92,3	46,15	46,15	Perdido	923	50	75	75	75	
255	8210		821,0	821,0	821,0	410,5	410,5		8210	50	75	75	75	
270	821		82,1	82,1	82,1	41,05	41,05		821	50	75	75	75	
285	8765		876,5	876,5	876,5	438,25	438,25		8765	25	75	75	75	
300	82330		8233,0	8233,0	8233,0	4116,5	4116,5		82330	25	75	75	75	
315	76543	V	7654,3	7654,3	7654,3	3827,15	3827,15		76543	25	75	75	75	
330	634		63,4	63,4	63,4	31,7	31,7		634	25	75	75	75	
345	231		23,1	23,1	23,1	11,55	11,55		231	25	75	75	75	
360	901		90,1	90,1	90,1	45,05	45,05		901	25	75	75	75	
375	3425		342,5	342,5	342,5	171,25	171,25		3425	0	50	50	75	
390	85730	VI	8573,0	8573,0	8573,0	4286,5	4286,5	Perdido	85730	0	50	50	75	
405	23		2,3	2,3	2,3	1,15	1,15		23	0	50	50	75	
420	762		76,2	76,2	76,2	38,1	38,1		762	0	50	50	75	
435	3012		301,2	301,2	301,2	150,6	150,6		3012	0	50	50	75	
450	723		72,3	72,3	72,3	36,15	36,15		723	0	50	50	75	
465	223	VII	22,3	22,3	22,3	11,15	11,15		223	0	25	50	75	
480	9183		918,3	918,3	918,3	459,15	459,15		9183	0	25	50	75	
495	9173		917,3	917,3	917,3	458,65	458,65		9173	0	25	50	75	
510	7658		765,8	765,8	765,8	382,9	382,9		7658	0	25	50	75	
525	826		82,6	82,6	82,6	41,3	41,3		826	0	25	50	75	
540	342	VIII	34,2	34,2	34,2	17,1	17,1	Perdido	342	0	25	50	75	
555	754		75,4	75,4	75,4	37,7	37,7		754	0	25	50	75	
570	342		34,2	34,2	34,2	17,1	17,1		342	0	25	50	75	
585	72		7,2	7,2	7,2	3,6	3,6		72	0	25	50	75	
600	2443		244,3	244,3	244,3	122,15	122,15		2443	0	25	50	75	
615	8432	IX	843,2	843,2	843,2	421,6	421,6		8432	0	25	50	75	
630	242		24,2	24,2	24,2	12,1	12,1		242	0	25	50	75	
645	564		56,4	56,4	56,4	28,2	28,2		564	0	25	50	75	
660	55		5,5	5,5	5,5	2,75	2,75		55	0	25	50	75	
675	9871		987,1	987,1	987,1	493,55	493,55		9871	0	25	50	75	
690	7284	IX	728,4	728,4	728,4	364,2	364,2	Perdido	7284	0	25	50	75	
705	2324		232,4	232,4	232,4	116,2	116,2		2324	0	25	50	75	
720	4		0,4	0,4	0,4	0,2	0,2		4	0	25	50	75	
735	92		9,2	9,2	9,2	4,6	4,6		92	0	25	50	75	
750	754		75,4	75,4	75,4	37,7	37,7		754	0	25	25	50	75
765	632	VIII	63,2	63,2	63,2	31,6	31,6		632	0	25	25	50	75
780	435		43,5	43,5	43,5	21,75	21,75		435	0	25	25	50	75
795	75		7,5	7,5	7,5	3,75	3,75		75	0	25	25	50	75
810	2421		242,1	242,1	242,1	121,05	121,05		2421	0	25	25	50	75
825	4567		456,7	456,7	456,7	228,35	228,35		4567	0	25	25	50	75
840	5372	IX	537,2	537,2	537,2	268,6	268,6	Perdido	5372	0	25	25	50	
855	5436		543,6	543,6	543,6	271,8	271,8		5436	0	25	25	50	
870	235		23,5	23,5	23,5	11,75	11,75		235	0	25	25	50	
885	6423		642,3	642,3	642,3	321,15	321,15		6423	0	25	25	50	
900	643		64,3	64,3	64,3	32,15	32,15		643	0	25	25	50	
915	643	IX	64,3	64,3	64,3	32,15	32,15		643	0	0	0	25	50
930	643		64,3	64,3	64,3	32,15	32,15		643	0	0	0	25	50
945	633		63,3	63,3	63,3	31,65	31,65		633	0	0	0	25	50
960	6554		655,4	655,4	655,4	327,7	327,7		6554	0	0	0	25	50
975	894		89,4	89,4	89,4	44,7	44,7		894	0	0	0	25	50
990	3452	IX	345,2	345,2	345,2	172,6	172,6		3452	0	0	0	25	50
1005	432		43,2	43,2	43,2	21,6	21,6		432	0	0	0	25	50

## ANEXO N° 1 (continuação)

### Estimativa de provisões de empréstimos

Dias de atraso de pagamento	Valor do empréstimo em atraso, milhares €	Classes pelo Aviso nº 3/95 (Potrugai)	Provisões Empréstimos Sem Garantia, milhares €	Provisões Empréstimos Pessoal, milhares €	Provisões Empréstimos Não hipotecária, milhares €	Provisões Crédito a habitação com garantia >=75%, milhares €	Provisões Crédito a habitação com garantia <75%, milhares €	Classes pela Regra nº 42 do RCIK (Letónia)	Provisão milhares €	(Classes pela Regra nº 42 do RCIK (Letónia)) / (Provisões Empréstimos Sem Garantia, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCIK (Letónia)) / (Provisões Empréstimos Pessoal, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCIK (Letónia)) / (Provisões Crédito a habitação com garantia >=75%, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCIK (Letónia)) / (Provisões Crédito a habitação com garantia <75%, milhares €)	(Classes pela Regra nº 42 do RCIK (Letónia)) / (Provisões Crédito a habitação com garantia <75%, milhares €)
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	JD	JE	JF	JG	JH
1020	6537	IX	6537	6537	6537	4602,75	3268,5	Perdido	6537	0	0	0	25	50
1035	732		732	732	732	366	366		732	0	0	0	25	50
1050	34		34	34	34	25,5	17		34	0	0	0	25	50
1065	1		1	1	1	0,75	0,5		1	0	0	0	25	50
1080	3425		3425	3425	3425	2568,75	1712,5		3425	0	0	0	25	50
1095	8403	X	8403	8403	8403	6369,75	6369,75	Perdido	8403	0	0	0	25	25
1110	4		4	4	4	3	3		4	0	0	0	25	25
1125	532		532	532	532	399	399		532	0	0	0	25	25
1140	989		989	989	989	741,75	741,75		989	0	0	0	25	25
1155	352		352	352	352	264	264		352	0	0	0	25	25
1170	233		233	233	233	174,75	174,75		233	0	0	0	25	25
1185	53		53	53	53	39,75	30,75		53	0	0	0	25	25
1200	232		232	232	232	174	174		232	0	0	0	25	25
1215	9		9	9	9	6,75	6,75		9	0	0	0	25	25
1230	65		65	65	65	48,75	48,75		65	0	0	0	25	25
1245	9		9	9	9	6	6		9	0	0	0	25	25
1260	232		232	232	232	174	174		232	0	0	0	25	25
1275	536		536	536	536	402	402		536	0	0	0	25	25
1290	34		34	34	34	25,5	25,5		34	0	0	0	25	25
1305	344		344	344	344	258	258		344	0	0	0	25	25
1320	237		237	237	237	177,75	177,75		237	0	0	0	25	25
1335	89		89	89	89	65,75	65,75		89	0	0	0	25	25
1350	657		657	657	657	492,75	492,75		657	0	0	0	25	25
1365	923		923	923	923	692,25	692,25		923	0	0	0	25	25
1380	628		628	628	628	471	471		628	0	0	0	25	25
1395	82		82	82	82	61,5	61,5		82	0	0	0	25	25
1410	267		267	267	267	200,25	200,25		267	0	0	0	25	25
1425	23		23	23	23	17,25	17,25		23	0	0	0	25	25
1440	23		23	23	23	17,25	17,25		23	0	0	0	25	25
1455	765		765	765	765	573,75	573,75		765	0	0	0	25	25
1470	3		3	3	3	2,25	2,25		3	0	0	0	25	25
1485	743		743	743	743	557,25	557,25		743	0	0	0	25	25
1500	3578		3578	3578	3578	2683,5	2683,5		3578	0	0	0	25	25
1515	435		435	435	435	336,25	336,25		435	0	0	0	25	25
1530	234		234	234	234	175,5	175,5		234	0	0	0	25	25
1545	76		76	76	76	57	57		76	0	0	0	25	25
1560	343		343	343	343	257,25	257,25		343	0	0	0	25	25
1575	234		234	234	234	175,5	175,5		234	0	0	0	25	25
1590	2		2	2	2	1,5	1,5		2	0	0	0	25	25
1605	6273	XI	6273	6273	6273	4704,75	4704,75		6273	0	0	0	25	25
1620	56		56	56	56	42	42		56	0	0	0	25	25
1635	4		4	4	4	3	3		4	0	0	0	25	25
1650	864		864	864	864	648	648		864	0	0	0	25	25
1665	223		223	223	223	167,25	167,25		223	0	0	0	25	25
1680	642		642	642	642	481,5	481,5		642	0	0	0	25	25
1695	528		528	528	528	394,5	394,5		528	0	0	0	25	25
1710	45		45	45	45	33,75	33,75		45	0	0	0	25	25
1725	964		964	964	964	723	723		964	0	0	0	25	25
1740	234		234	234	234	175,5	175,5		234	0	0	0	25	25
1755	753		753	753	753	564,75	564,75		753	0	0	0	25	25
1770	4		4	4	4	3	3		4	0	0	0	25	25
1785	67		67	67	67	50,25	50,25		67	0	0	0	25	25
1800	987		987	987	987	740,25	740,25		987	0	0	0	25	25
1815	3	XII	3	3	3	3	3		3	0	0	0	25	0
1830	23		23	23	23	23	23		23	0	0	0	25	0
1845	4325		4325	4325	4325	3255	3255		4325	0	0	0	25	0
1860	12		12	12	12	9	9		12	0	0	0	25	0
1875	23		23	23	23	23	23		23	0	0	0	25	0
1890	3712		3712	3712	3712	2784	2784		3712	0	0	0	25	0
1905	97		97	97	97	72,75	72,75		97	0	0	0	25	0
1920	95		95	95	95	71,25	71,25		95	0	0	0	25	0
1935	295		295	295	295	221,25	221,25		295	0	0	0	25	0
1950	323		323	323	323	242,25	242,25		323	0	0	0	25	0
		TOTAL	396 731,95	245 225,15	223 505,90	182 066,80	157 905,55		474 710,00					
		PT LV	16,43	48,34	52,92	61,65	66,74							

## ANEXO Nº 2

## Estimativa de rácio de liquidez pela Instrução nº 195 da FKTK

Nome da instituição: *Swedbanka*Cálculo do rácio de liquidez dos Bancos  
Dezembro2010

Designação	Código da posição	Valor (milhões, lats)
A	B	I
<b>Activos líquidos</b>		
Caixa	0110	393 634
Disponibilidades em Banco da Letónia	0130	0
com prazo residual até 30 dias	0131	
com prazo residual superior a 31 dias	0132	
Disponibilidades e aplicações em I.C.'s	0140	345 036
com prazo residual até 30 dias	0141	345 036
com prazo residual superior a 31 dias	0142	
Títulos líquidos	0150	0
Títulos de dívida do governo da República da Letónia	0151	
Títulos de dívida do governo dos Estados Membros e de outros países	0152	
Outros títulos líquidos	0153	
<b>Total (0110+0130+0140+0150)</b>	0100	738 670
<b>Passivos correntes (com prazo residual até 30 dias)</b>		
Recursos de I.C.s	0210	46 805
Depósitos	0220	1 031 825
Títulos de dívida emitidos	0230	
Valores em trânsito	0240	
Outros passivos correntes	0250	2 904
Compromissos extrapatrimoniais	0260	
<b>Total (0210+0220+0230+0240+0250+0260)</b>	0200	1 081 534
<b>Rácio de liquidez (0100:0200); %</b>	0300	<b>68,30</b>

## ANEXO N° 3

## Estimativa de rácio de liquidez pela Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal

Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Departamento de Supervisão Bancária

PLANO DE FINANCIAMENTO

Instituição: <b>Swedbanka</b>	Base:	Ano: <b>2010</b>	Mês: <b>Dezembro</b>
-------------------------------	-------	------------------	----------------------

Valores em Lats

I. POSIÇÕES À DATA DE REFERÊNCIA - ACTIVO		INTERVALOS TEMPORAIS					Superior a 12 meses
		A vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses	
<b>ACTIVO</b>							
(1) Caixa		393,634					
(2) Disponibilidades e outras aplicações em bancos centrais							
2.1 dos quais: reservas mínimas							
(3) Disponibilidades e aplicações em I.C.'s		345,036	0	270,546	0	108	0
3.1 No país		345,036	0	270,546	0	108	0
3.1.1 Colateralizado							
3.1.2 Não colateralizado		345,036		270,546		108	
3.2 No estrangeiro		0	0	0	0	0	0
3.2.1 Colateralizado							
3.2.2 Não colateralizado							
(4) Crédito a clientes		20,877	0	306,134	0	297,493	847,738
4.1 Contas correntes e descobertos D.O.							
4.2 Crédito titularizado e não desreconhecido							
4.3 Outro crédito a clientes		20,877		306,134		297,493	847,738
(5) Valores à cobrança							
(6) Instrumentos de dívida		0	0	11,756	0	17,016	57
6.1 Transaccionados em mercados organizados							
6.2 Outros instrumentos de dívida				11,756		17,016	57
(7) Activos elegíveis como garantia em operações de crédito de bancos centrais		0	0	0	0	0	0
7.1 Activos elegíveis não integrados na pool de colateral de operações de crédito do Eurosistema		0	0	0	0	0	0
7.1.1 Instrumentos de dívida							
7.1.2 Crédito a clientes							
7.2 Activos integrados na pool de colateral de operações de crédito do Eurosistema		0	0	0	0	0	0
7.2.1 Títulos de dívida pública e bancos centrais							
7.2.2 Títulos de dívida de empresas não financeiras							
7.2.3 Títulos de dívida de instituições de crédito							
7.2.4 Covered bonds							
7.2.5 Títulos garantidos por activos (ABS)							
7.2.6 Crédito a clientes							
7.2.7 Outros							
7.3 Outros activos elegíveis em operações de crédito junto de outros bancos centrais							
7.4 <i>por memória</i> : Financiamento obtido em operações colateralizadas com activos inscritos na rubrica (7), excluindo bancos centrais							
(8) Instrumentos de capital e outros de rendimento incerto		0	0	0	0	0	0
8.1 Transaccionados em mercados organizados							
8.2 Outros instrumentos de capital e outros de rendimento incerto							
(9) Compromissos irrevogáveis assumidos por terceiros		0	0	0	0	0	0
9.1 No país							
9.2 No estrangeiro							
(10) Instrumentos financeiros derivados		880		2,318		1,407	9,543
(11) Outros activos líquidos				24,666			56,866
(11a) <i>por memória</i> : Activos recebidos em operações repo							
<b>TOTAL</b>		760,427	0	615,420	0	316,024	914,204

## ANEXO N° 3 (continuação)

## Estimativa de rácio de liquidez pela Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal

II. POSIÇÕES À DATA DE REFERÊNCIA - PASSIVO		INTERVALOS TEMPORAIS					Superior a 12 meses
		À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses	
<b>PASSIVO</b>							
(12)	Recursos de bancos centrais						
12.1	dos quais: obtidos junto do Eurosistema						
(13)	Depósitos de clientes	1,031,825	0	374,267	0	215,544	25,092
13.1	Depósitos de retalho	1,031,825	0	374,267	0	215,544	25,092
13.1.1	Depósitos à ordem						
13.1.2	Depósitos a prazo	1,031,825	0	374,267	0	215,544	25,092
13.1.2.1	Sem impedimentos legais/contratuais à movimentação antecipada	1,031,825		374,267		215,544	25,092
13.1.2.2	Com impedimentos legais/contratuais à movimentação antecipada						
13.2	Outros depósitos	0	0	0	0	0	0
13.2.1	Depósitos à ordem						
13.2.2	Depósitos a prazo	0	0	0	0	0	0
13.2.2.1	Sem impedimentos legais/contratuais à movimentação antecipada						
13.2.2.2	Com impedimentos legais/contratuais à movimentação antecipada						
(14)	Financiamento interbancário	46,805	0	240,462	0	634,944	819,902
14.1	No país	46,805	0	240,462	0	634,944	819,902
14.1.1	Colateralizado						
14.1.2	Não colateralizado	46,805		240,462		634,944	819,902
14.2	No estrangeiro	0	0	0	0	0	0
14.2.1	Colateralizado						
14.2.2	Não colateralizado						
(15)	Outros empréstimos obtidos	0	0	50	0	9,961	19,060
15.1	No país			50		9,961	19,060
15.2	No estrangeiro						
(16)	Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0
16.1	Papel comercial de curto prazo						
16.2	Certificados de depósito						
16.3	MTN e <i>Extendible</i>						
16.4	Obrigações hipotecárias						
16.5	Titularização						
16.6	Outros títulos						
16.7	<i>por memória</i> : títulos de titularizações em veículos não consolidados						
16.8	<i>por memória</i> : títulos de dívida emitidos pelos bancos e colocados junto de clientes						
(17)	Compromissos assumidos perante terceiros	0	0	0	0	0	0
17.1	Com certeza de execução						
17.2	Linhas de crédito a clientes com certeza de execução						
17.3	Outros compromissos assumidos perante terceiros						
(18)	Instrumentos financeiros derivados	2,904		1,026		851	7,166
(19)	Outros passivos			61,186			
<b>TOTAL</b>		<b>1,081,534</b>	<b>0</b>	<b>676,991</b>	<b>0</b>	<b>861,300</b>	<b>871,220</b>

Rácio de liquidez 44,77